

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA N° DE 2015

(Dos Senhores Izalci e Celso Jacob)

Requer seja realizada Reunião de Audiência Pública com a presença dos Senhores: Binho Marques – Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do MEC, Antonio Idilvan de Lima Alencar – Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Marisa Abreu – Consultora da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e Washington Bonfim – Secretário Municipal de Planejamento e Gestão de Teresina – PI para discussão acerca do financiamento da educação no País.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Ex.^a, com fundamento no art. 255 do Regimento Interno, que, ouvido o Plenário, se digne a adotar as providências necessárias à realização de Reunião de Audiência Pública para discussão acerca do financiamento da educação no País.

Para tanto, convidamos para o debate os Senhores:

1. Binho Marques – Secretário de Articulação com os Sistemas de Ensino do MEC;
2. Antonio Idilvan de Lima Alencar – Presidente do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE),
3. Marisa Abreu – Consultora da Confederação Nacional dos Municípios (CNM) e
4. Washington Bonfim – Secretário Municipal de Planejamento e Gestão de Teresina – PI.

JUSTIFICAÇÃO

A questão do financiamento da educação no País tem relevância e urgência frente à implantação do Plano Nacional de Educação (PNE).

O financiamento da educação está sendo tratado pela **Subcomissão Especial** que proporá alternativas para aprimorar o pacto federativo entre os entes federados, visando maior participação da União bem como apontamento de novas formas de financiamento à educação brasileira.

A implementação da meta 20 do Plano Nacional de Educação (PNE) que trata da ampliação do investimento público em educação pública, destacando-se pela necessidade de implantação do Custo Aluno Qualidade (CAQ), pois só com garantia desse financiamento poderemos alcançar nas demais metas que vão da educação infantil à pós-graduação.

Neste contexto, são os **municípios brasileiros** que passam pelos problemas mais graves da educação por estarem próximos da população e executarem programas estruturantes. Podemos destacar: alimentação escolar, transporte escolar, programa dinheiro direto na escola e principalmente, a construção e programas de construção e funcionamento das creches e pré-escolas que envolvem outras questões graves de financiamento como FUNDEB e piso salarial dos professores.

Portanto, essa audiência pública se faz necessária para discutir sobre o financiamento da educação, os problemas que afetam a educação do ponto de vista dos municípios brasileiros, que realizam a oferta dos programas educacionais estruturantes dentro do pacto federativo nacional.

Sala das Comissões, de julho de 2015.

**Deputado Izalci
PSDB/DF**

**Deputado Celso Jacob
PMDB/RJ**